

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ANADIA

Aviso (extracto) n.º 10169/2010

Para os devidos efeitos se torna público que, por deliberação do Conselho de Administração tomada em reunião ordinária, datada de 19 de Março de 2010, nos termos do artigo 23.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, e pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, foi renovada pelo período de três anos, a comissão de serviço do Técnico Superior — João Paulo Almeida Anjos, no cargo de Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, com efeitos a partir de 28 de Maio de 2010.

Serviços Municipalizados de Anadia, 10 de Maio de 2010. — O Presidente do Conselho de Administração, (Prof. *Litério Augusto Marques*).

303263541

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELECTRICIDADE E SANEAMENTO DE SANTO TIRSO

Aviso n.º 10170/2010

Para os devidos efeitos se torna público que o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Santo Tirso, em reunião de 03 de Março de 2010, deliberou renovar a Comissão de Serviço do Engenheiro José Guilherme Sousa Santos, no cargo de Chefe de Divisão de Água e Saneamento, pelo período de 3 anos, com efeitos a partir de 15 de Maio de 2010, conforme o estabelecido no n.º 1 do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à Adm. Local pelo Dec.-Lei n.º 93/2004 de 20 de Abril e D.-Lei n.º 104/2006 de 7 de Junho.

Santo Tirso, 05 de Maio de 2010. — A Administradora-Delegada, *Engenheira Ana Maria Moreira Ferreira*.

303230858



GROW INVESTIMENTOS — GESTÃO DE PATRIMÓNIOS, S. A.

Relatório n.º 9/2010

Sede: Av. Engenheiro Duarte Pacheco n.º 26 1070-110 Lisboa.
Número de identificação de pessoa colectiva 502534877.

Relatório do Conselho de Administração

1 — Enquadramento

Depois de um início de ano no mesmo tom de 2008, o ano de 2009 fica marcado pelo regresso da confiança dos investidores e consequente recuperação significativa dos mercados financeiros. Todos os activos de risco tiveram desempenhos fortemente positivos, embora estivessem até meio de Março com um desempenho que fazia prever outro ano de perdas:

Índice	Performance em 2009
US High Yield Credit Market (Credit Suisse HighYield Index)	54,20%
World Equity Market (MSCI World Index)	22,80%
Commodity Market (CRY Index)	23,50%

Este comportamento ficou a dever-se essencialmente ao forte estímulo que as economias tiveram por parte dos governos e dos bancos centrais, que não só, permitiu que a situação económica não se agravasse mais (havia quem temesse uma grande depressão semelhante à de 1930) como começasse a haver melhoras nos dados económicos já no 4.º trimestre de 2009. Assistimos à execução de políticas fiscais e monetárias ultra-expansionistas que permitiram a estabilização das condições de liquidez nos mercados financeiros e, como já foi referido, trouxeram de volta a confiança dos investidores.

No mercado accionista mundial, em termos regionais o destaque vai, como seria de esperar, para os mercados emergentes onde a recuperação foi ainda mais forte (ex: MSCI China +58.9%; MSCI Brazil +121.2%). Em termos sectoriais assistimos também a uma subida generalizada de todos os sectores com destaque para *financials* (MSCI World *financials* +21.9%) e IT (MSCI World IT + 50.1%).

Índice	Performance em 2009
S&P 500	23,50%
MSCI Europe	23,40%

Índice	Performance em 2009
NIKKEI	19,00%
MSCI Emerging Markets	58,30%
MSCI World	22,80%

Nota: S&P500 é o índice representativo das 500 maiores empresas americanas. Nikkei é o índice que espelha a performance do mercado accionista japonês. A Morgan Stanley produz inúmeros índices regionais dos quais salientamos o MSCI Europe, o MSCI Emerging Markets e o MSCI World que representam, respectivamente, o comportamento do mercado Europeu, de países Emergentes e Mundial.

Quanto ao mercado de dívida pública (obrigações *government*), 2010 foi um ano fraco explicado não só pelo *flight from quality* mas também pelo facto pelo movimento de descida de taxas de juro ter sido incorporado durante o ano de 2008. A performance atingida pelo índice (*Citigroup World Government Bond Index*) foi de 1%.

No mercado de crédito (obrigações *corporate*) assistimos a um ano de forte valorização. O nível extremamente elevado dos *spreads* de crédito (*Investment Grade e High Yield*) em Março de 2009 criou oportunidades únicas no mercado, oportunidades essas que os investidores não deixaram passar. Assim, a estabilização da liquidez no mercado, fruto das intervenções ao nível da política monetária, permitiu que o mercado de crédito começasse a atrair investidores não só para o mercado secundário mas também para o mercado primário. Importa referir que os *spreads* do crédito de maior risco (*High Yield*) estreitaram cerca de 1100 b.p. e que a performance do índice *Credit Suisse High Yield Index II* foi de +54.2%.

No mercado cambial assistimos, até Março, a uma continuação da valorização do dólar americano, fruto essencialmente de esta moeda ser uma moeda refúgio. Até esta altura o mercado continuava a viver uma grande crise de confiança que fez com que os investidores se refugassem em moedas mais fortes. A partir de Março e até ao final do ano, a estabilização das condições económicas e o ressurgir da apetência para o risco penalizou as moedas refúgio, pelo que assistimos ao início de um ciclo de desvalorização do dólar americano motivado também pela manutenção das taxas de juro de referência a 0%. A título de exemplo, e desde o valor máximo de Março, o dólar desvalorizou cerca de 15% contra o euro.

Finalmente o mercado de *commodities* teve também um ano de forte valorização (CRY Index +23.5%) fruto da expectativa do início da recuperação económica sobretudo em mercados emergentes como a China e a Índia. De entre as *commodities* destaca-se o petróleo com uma subida de 77.9%.

2 — Actividade desenvolvida

Não é possível analisar o ano de 2009 sem relembrar 2008, um ano que ficará na história pelos piores motivos. A crise de liquidez e de confiança no sistema financeiro provocou perdas significativas nos mercados e

uma recessão mundial de enorme gravidade que poderia ter resultado numa nova grande depressão (à imagem da vivida no início da década de 30) não fora as intervenções dos governos e bancos centrais. Foi ainda num contexto de incerteza e, pode dizer-se, de continuidade do ambiente vivido em 2008, que se iniciou o ano de 2009. Basta recordar, a título de exemplo que o mercado accionista Europeu registava a meio de Março uma desvalorização já superior a 25% no ano e que totalizava cerca de 60% desde o início de 2008!

Foi neste contexto que optámos por gerir as carteiras de forma extremamente conservadora, com elevados níveis de liquidez, e sem qualquer exposição a acções durante grande parte do ano. A prudência revelava-se como a única postura possível após os acontecimentos de 2008 e a preocupação generalizada dos investidores. Não deixámos no entanto de aproveitar as enormes oportunidades surgidas neste ambiente de forte aversão ao risco, apostando para isso em obrigações de empresas (dívida corporata), classe de activos onde o downside era limitado e o potencial de valorização era muito significativo. Essa aposta revelou-se sempre a mais acertada, evitando perdas no difícil 1.º trimestre e gerando fortes retornos a partir de então e até final do ano — assinala-se o desempenho médio dos fundos de crédito seleccionados para 2009 e que foi superior a 30% no ano.

Tendo em conta o descrito, congratulamo-nos com o desempenho conseguido, particularmente tendo em conta o baixo risco incorrido e a probabilidade, que não era desprezável, de as medidas tomadas a nível mundial para estabilizar as economias não resultarem e continuarmos a assistir a perdas nos mercados. Importa notar que as carteiras terminaram 2009 com níveis de investimento mais elevados do que se verificava no início do ano, não perdendo de vista, no entanto, que 2010 deverá ser um ano difícil, dada a possibilidade de assistirmos a um cenário económico de baixo crescimento, pautado por algumas preocupações, como seja a situação que se vive na Grécia (elevado défice orçamental e excessivo endividamento), e nos países desenvolvidos em geral, e que nos levam a abordar o ano com alguma precaução.

É ainda assinalável que depois do crescimento de activos da gestão discricionária registado pela Grow Investimentos em 2008, o ano de 2009 tenha ficado marcado por uma evolução tão favorável (de Eur 30.1 milhões para Eur 38.3 milhões). Mais uma vez pensamos estar perante uma prova do sucesso da estratégia comercial seguida, o que nos deixa confiantes para o futuro.

3 — Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração da Sociedade propõe à Assembleia Geral a seguinte aplicação para o Resultado Líquido do Exercício, no valor de € 10.132,28:

Para Reserva Legal, o valor de € 1.032,28 e
Para Reservas Livres o valor de € 9.100,00.

4 — Referências finais

Agradecemos aos Accionistas e aos Clientes a confiança manifestada, a todos os membros dos Órgãos Sociais e aos Colaboradores pelo seu empenho diário, que tornou possível o cumprimento dos objectivos de evolução sustentada da actividade da Grow. Agradecemos ainda aos nossos auditores, Deloitte, a independência e profissionalismo do seu trabalho, e às autoridades de Supervisão, nomeadamente Banco de Portugal e CMVM, a atenção dispensada.

Lisboa, 3 de Fevereiro de 2010. — *Joaquim Maria Aliu Presas*, presidente do conselho de administração — *Bernardo Matos*, administrador — *Carmen Rodrigues dos Santos*, administradora — *Luke Ellis*, administrador — *João Paulo Lopes Raimundo*, administrador.

Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

Informações diversas

(Artigo 447.º Código das Sociedades Comerciais)

Participação dos membros do conselho fiscal e do conselho de administração no capital social da “Grow Investimentos — gestão de patrimónios, S. A.”

Membros Conselho de Administração e Conselho Fiscal	Saldo em 31-12-2008	Adquiridas	Alienadas	Saldo final
		Exercício 2009		
João Paulo Lopes Raimundo	92,125	0	0	92,125
Joaquim Maria Aliu Presas	41,250	0	0	41,250
Bernardo Matos	2,500	0	0	2,500
Carmen Rodrigues dos Santos	750	0	0	750

(Artigo 448.º Código das Sociedades Comerciais)

Relação de accionistas titulares de pelo menos um décimo do capital social da “Grow Investimentos — gestão de patrimónios, S. A.”, em 31 de dezembro de 2009

Accionista	Participação	%
João Paulo Lopes Raimundo	92,125	33,50%
João Miguel Almeida Henriques	89,625	32,59%
Joaquim Maria Aliu Presas	41,250	15,00%

Demonstrações Financeiras a 31 de Dezembro de 2009

Balances em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

Tentativo e preliminar somente para discussão

(Montantes expressos em Euros)

Notas	2009			2008
	Activo bruto	Imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	691	—	691	726
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3 284.683	—	284.683	147.736
Investimentos detidos até à maturidade	4 20.995	—	20.995	41.555
Outros activos tangíveis	5 440.958	(329.026)	111.932	149.841
Activos intangíveis	5 77.867	(76.193)	1.674	3.535
Activos por impostos correntes	6 28.235	—	28.235	38.542
Outros activos	7 298.198	—	298.198	345.029
<i>Total do activo</i>	1.151.627	(405.219)	746.408	726.964

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2009	2008
Passivo e capital			
Passivos por impostos correntes	6	50.689	42.532
Provisões	8	1.343	1.006

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2009	2008
Outros passivos	9	136.863	136.045
<i>Total do passivo</i>		<u>188.895</u>	<u>179.583</u>
Capital	10	275.000	275.000
Outras reservas e resultados transitados	11	272.381	268.124
Resultado do exercício	11	10.132	4.257
<i>Total do capital próprio</i>		<u>557.513</u>	<u>547.381</u>
<i>Total do passivo e do capital próprio</i>		<u>746.408</u>	<u>726.964</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Demonstrações do rendimento integral dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2009	2008
Juros e rendimentos similares		1.409	8.544
Juros e encargos similares		—	—
Margem Financeira		1.409	8.544
Rendimentos de serviços e comissões	12	1.190.181	1.305.518
Encargos com serviços e comissões		(1.618)	(1.242)
Resultados na alienação de outros activos	5	(59)	-
Outros resultados de exploração	13	(29.203)	56.603
Produto Bancário		1.160.710	1.369.423
Custos com pessoal	14	(472.949)	(600.223)
Gastos gerais administrativos	15	(538.769)	(644.985)
Amortizações do exercício	5	(79.237)	(79.832)
Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reposições e recuperações	8	-	218
Correcções de valor associadas ao crédito e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	8	(337)	70
Resultado Antes de Impostos		69.418	44.671
Impostos sobre lucros			
<i>Correntes</i>	6	(59.286)	(40.414)
Resultado do Exercício		<u>10.132</u>	<u>4.257</u>
Rendimento Integral do Exercício		<u>10.132</u>	<u>4.257</u>
Número médio de acções ordinárias emitidas	10	275.000	275.000
Resultado por acção (em Euros)		0,037	0,015

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa nos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

(Montantes expressos em Euros)

	2009	2008
Fluxos de caixa das actividades operacionais:		
Recebimentos de serviços e comissões	1.114.292	1.331.973
Juros e rendimentos similares recebidos	1.813	8.032
Juros e comissões pagas	(1.618)	(1.242)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores (Pagamento)/recebimento de impostos	(1.025.806)	(1.276.136)
Outros resultados	90.419	(55.107)
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>(22.817)</u>	<u>(16.856)</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento:		
Aquisição/(reembolso) de investimentos detidos até à maturidade	20.156	(20.520)
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis, líquidas de abates	(39.527)	(22.896)
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>(19.371)</u>	<u>(43.416)</u>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	136.912	(52.752)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	148.462	201.214
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	<u>285.374</u>	<u>148.462</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Demonstrações das alterações nos capitais próprios nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

(Montantes expressos em Euros)

	Capital	Outras reservas e resultados transitados			Lucro do exercício	Total
		Reserva legal	Outras reservas	Total		
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	275.000	39.286	177.513	216.799	51.325	543.124
Distribuição do lucro do exercício de 2007:						
Transferência para reservas	—	5.133	46.192	51.325	(51.325)	—
Lucro do exercício	—	—	—	—	4.257	4.257
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	<u>275.000</u>	<u>44.419</u>	<u>223.705</u>	<u>268.124</u>	<u>4.257</u>	<u>547.381</u>
Distribuição do lucro do exercício de 2008:						
Transferência para reservas	—	428	3.829	4.257	(4.257)	—
Lucro do exercício	—	—	—	—	10.132	10.132
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	<u>275.000</u>	<u>44.847</u>	<u>227.534</u>	<u>272.381</u>	<u>10.132</u>	<u>557.513</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Notas às Demonstrações Financeiras a 31 de Dezembro de 2009

1 — Introdução

A Grow Investimentos — Gestão de Patrimónios, S. A. (“Sociedade” ou “Grow”) tem por objecto social a administração de conjuntos de bens pertencentes a terceiros, designados por carteiras de títulos e outros activos, e a prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos, no âmbito das actividades permitidas às sociedades gestoras de patrimónios.

As demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de Dezembro de 2009 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 3 de Fevereiro de 2010. As demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de Dezembro de 2009 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

2 — Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

2.1 — Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas em 31 de Dezembro de 2009 foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, e das Instruções n.º 9/2005 e n.º 23/2004, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo n.º 3 do Artigo 115.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. As diferenças entre os dois normativos não têm impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade.

2.2 — Adopção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), conforme adoptadas pela União Europeia.

O efeito nas demonstrações financeiras da Grow do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, decorrente da adopção e aplicação das normas e interpretações, não foi significativo, salvo no que diz respeito à seguinte situação:

“IAS 1 (Revisão) — Apresentação das demonstrações financeiras”. Esta norma, de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009, introduz um conjunto de alterações relativamente à denominação das demonstrações financeiras. Em particular todos os ganhos e perdas (incluindo os que são contabilizados directamente em capitais próprios) são apresentados:

Numa declaração única: demonstração de rendimento integral; ou

Em duas declarações (demonstração dos resultados e demonstração de rendimento integral).

A Sociedade adoptou a possibilidade de apresentar uma declaração única (demonstração do rendimento integral) nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2009.

2.3 — Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

2.4 — Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos a deter até à maturidade são investimentos que têm um rendimento fixo, com taxa de juro conhecida no momento da emissão e data de reembolso determinada, tendo a Sociedade a capacidade e a intenção de os manter até ao seu reembolso.

Os investimentos financeiros a deter até à maturidade são registados ao custo amortizado.

2.5 — Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição e correspondem essencialmente a despesas com a aquisição de sistemas de tratamento automático de dados. Estes activos são amortizados segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, em três anos.

2.6 — Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis são registados ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Mobiliário e material	8
Equipamento informático	4
Máquinas e ferramentas	5-8
Obras em imóveis arrendados	10
Equipamento publicitário	8
Material de transporte	4

O património artístico não é objecto de depreciação.

2.7 — Encargos com férias e subsídio de férias

São constituídos acréscimos de custos para fazer face aos encargos correspondentes a férias e subsídio de férias vencidos, a pagar no exercício seguinte. Os correspondentes montantes são registados no passivo, na rubrica “Outros passivos” (Nota 9).

2.8 — Comissões

i) Comissões de gestão

Correspondem à remuneração da Sociedade pela gestão das carteiras dos seus clientes (patrimónios). São calculadas por aplicação de uma taxa anual (fixada em contrato) sobre o valor dos respectivos patrimónios e

registadas na demonstração dos resultados na rubrica “Rendimentos de serviços e comissões” (Nota 12).

ii) Comissões de consultoria

Correspondem à remuneração da Sociedade pela prestação de serviços em matéria de aconselhamento de investimentos e compreendem:

Uma componente fixa calculada por aplicação de uma taxa fixa anual (fixada em contrato) sobre o valor dos patrimónios dos clientes aos quais são prestados estes serviços;

Uma componente variável dependente da performance da carteira.

Estas comissões são registadas na demonstração dos resultados na rubrica “Rendimentos de serviços e comissões” (Nota 12).

2.9 — Rubricas extrapatrimoniais

i) Valores administrados pela Sociedade

Esta rubrica refere-se às carteiras de activos geridas pela Sociedade. Para além de disponibilidades, estas carteiras incluem acções cotadas, unidades de participação em fundos de investimento, obrigações e produtos estruturados os quais são valorizados de acordo com os seguintes critérios:

As acções cotadas encontram-se registadas ao valor da última cotação em bolsa realizada nos últimos três meses;

As unidades de participação em fundos de investimento encontram-se registadas ao último valor divulgado pela entidade gestora à data da valorização das carteiras geridas pela Sociedade;

As obrigações encontram-se registadas de acordo com a última cotação disponibilizada pela *Bloomberg* à data da valorização das carteiras geridas pela Sociedade;

Os produtos estruturados encontram-se registados ao valor de cotação disponibilizado pelo próprio emitente, sendo esta informação obtida via consulta à *Bloomberg* ou via correio electrónico.

Os riscos associados aos instrumentos em que são investidos os valores que constituem as carteiras geridas pela Sociedade correm por conta dos clientes. A Sociedade não assegura qualquer rentabilidade mínima aos seus clientes.

ii) Activos dados em garantia

Esta rubrica reflecte o valor das Obrigações do Tesouro dadas em garantia ao Sistema de Indemnização de Investidores nos termos do Artigo 8.º do Regulamento 2/2000 da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários.

2.10 — Provisões para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo e trata-se de uma provisão de natureza genérica. Esta provisão é determinada pela aplicação de uma percentagem de 1% sobre o saldo das rubricas de “Devedores diversos”.

2.11 — Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, a Sociedade considera como “Caixa e seus equivalentes” o valor nominal dos seus depósitos à ordem registados em “Disponibilidades em outras instituições de crédito”, e o saldo de caixa registado na rubrica “Caixa e disponibilidades em Bancos centrais”.

3 — Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo desta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Banco Espírito Santo, S. A.	266.404	145.184
Banco Comercial Português, S. A.	18.279	2.552
	<u>284.683</u>	<u>147.736</u>

A conta à ordem junto do Banco Espírito Santo, S. A. é remunerada a uma taxa de juro correspondente à taxa Euribor a 1 mês deduzida de 1%, com o limite mínimo de zero.

A conta à ordem mantida junto do Banco Comercial Português não é remunerada.

4 — Investimentos Detidos até à Maturidade

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009			
	Valor de aquisição	Juro corrido	Valor bruto	Valor de mercado
Instrumentos de dívida				
Obrigações do Tesouro — 4,375% — Junho de 2014	20.529	475	20.995	21.188
	2008			
Instrumentos de dívida				
Obrigações do Tesouro — 3,95% — Julho de 2009	20.156	366	20.522	20.366
Obrigações do Tesouro — 4,375% — Junho de 2014	20.520	513	21.033	20.129
	<u>40.676</u>	<u>879</u>	<u>41.555</u>	<u>40.495</u>

No exercício de 2008, a Sociedade adquiriu 20.000 Obrigações do Tesouro — 4,375% — Junho de 2014 a um custo unitário de 1,026 Euros, num total de 20.520 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, parte das Obrigações do Tesouro estavam dadas em garantia para cobertura de responsabilidades potenciais no âmbito do Sistema de Indemnização de Investidores (Nota 16).

5 — Outros Activos Tangíveis e Activos Intangíveis

O movimento ocorrido nestas rubricas foi o seguinte:

	2009						Valor líquido em 31/12/2009
	Saldos em 31/12/2008		Adições	Abates e alienações		Amortizações do exercício	
Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor bruto		Amortizações acumuladas			
Outros activos tangíveis:							
Mobiliário e material	63.832	(52.973)	—	—	—	(5.140)	5.719
Equipamento informático.	93.692	(71.163)	1.553	—	—	(15.685)	8.397
Máquinas e ferramentas	35.449	(21.182)	—	(296)	237	(2.905)	11.303
Obras em imóveis arrendados	1.163	(852)	—	—	—	(117)	194
Equipamento publicitário.	425	(401)	—	—	—	(24)	—

	2009						
	Saldos em 31/12/2008			Abates e alienações		Amortizações do exercício	Valor líquido em 31/12/2009
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Valor bruto	Amortizações acumuladas		
Material de transporte	197.790	(104.047)	37.000	—	—	(52.532)	78.211
Património artístico	10.350	(2.242)	—	—	—	—	8.108
	<u>402.701</u>	<u>(252.860)</u>	<u>38.553</u>	<u>(296)</u>	<u>—</u>	<u>(76.403)</u>	<u>111.932</u>
Activos intangíveis:							
Software	76.894	(73.359)	973	—	—	(2.834)	1.674
	<u>479.595</u>	<u>(326.219)</u>	<u>39.526</u>	<u>(296)</u>	<u>237</u>	<u>(79.237)</u>	<u>113.606</u>

	2008							
	Saldos em 31/12/2007			Abates e alienações		Amortizações do exercício	Outros	Valor líquido em 31/12/2008
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Valor bruto	Amortizações acumuladas			
Outros activos tangíveis:								
Mobiliário e material	57.689	(45.194)	6.143	—	—	(7.779)	—	10.859
Equipamento informático.	125.531	(90.696)	4.615	(36.454)	36.454	(16.941)	20	22.529
Máquinas e ferramentas	23.503	(18.470)	11.965	—	—	(2.712)	(19)	14.267
Obras em imóveis arrendados	1.163	(736)	—	—	—	(116)	—	311
Equipamento publicitário.	425	(370)	—	—	—	(31)	—	24
Material de transporte	197.790	(54.599)	—	—	—	(49.448)	—	93.743
Património artístico	10.350	(2.242)	—	—	—	—	—	8.108
	<u>416.451</u>	<u>(212.307)</u>	<u>22.723</u>	<u>(36.454)</u>	<u>36.454</u>	<u>(77.027)</u>	<u>1</u>	<u>149.841</u>
Activos intangíveis:								
Software	76.722	(70.554)	172	—	—	(2.805)	—	3.535
	<u>493.173</u>	<u>(282.861)</u>	<u>22.895</u>	<u>(36.454)</u>	<u>36.454</u>	<u>(79.832)</u>	<u>1</u>	<u>153.376</u>

6 — Impostos sobre o rendimento

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 eram os seguintes:

	2009	2008
Activos por impostos correntes:		
Pagamentos por conta	27.744	36.936
Retenções na fonte	491	1.606
	<u>28.235</u>	<u>38.542</u>
Passivos por impostos correntes:		
Impostos sobre o rendimento a pagar	<u>50.689</u>	<u>42.532</u>

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama, cuja taxa agregada em 2009 e 2008 correspondeu a 26,5%. A partir de 1 de Janeiro de 2009, a matéria colectável até 12.500 Euros passou a ser tributada a uma taxa agregada de 14%.

Os custos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos

sobre lucros e o lucro líquido do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	2009	2008
Impostos correntes:		
Do exercício	50.689	42.532
Correcções a exercícios anteriores.	8.597	(2.118)
<i>Total de impostos em resultados</i>	<u>59.286</u>	<u>40.414</u>
Resultado antes de impostos	69.418	44.671
Carga fiscal	<u>85,40%</u>	<u>90,47%</u>

No exercício de 2009 as “Correcções a exercícios anteriores” referem-se à insuficiência na estimativa da provisão para impostos sobre lucros relativa ao exercício de 2008 e a uma liquidação adicional relativa ao exercício de 2006.

No exercício de 2008 as “Correcções a exercícios anteriores” referem-se ao excesso na estimativa da provisão para impostos sobre lucros relativa ao exercício de 2007.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificadas nos exercícios de 2009 e 2008 pode ser demonstrada como se segue:

	2009		2008	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		<u>69.418</u>		<u>44.671</u>
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,50%	18.396	26,50%	11.838
Diferenças definitivas:				
Aluguer de viaturas sem condutor	9,67%	6.713	17,49%	7.815
Despesas de representação	2,18%	1.511	8,42%	3.761
Amortizações não aceites como custo	13,39%	9.294	20,46%	9.138
Prémios de seguros e quotizações	3,22%	2.238	5,82%	2.601

	2009		2008	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Provisões não dedutíveis	0,13 %	89	(0,04 %)	(18)
Outras	(1,85 %)	(1.284)	3,54 %	1.581
Benefícios fiscais:				
Criação líquida de postos de trabalho	(2,32 %)	(1.612)	(4,98 %)	(2.225)
Outros	(0,05 %)	(36)	(0,03 %)	(14)
Tributação autónoma	22,16 %	15.380	18,03 %	8.055
	<u>73,02 %</u>	<u>50.689</u>	<u>95,21 %</u>	<u>42.532</u>
Correcções relativas a exercícios anteriores:				
Insuficiência/(excesso) na estimativa de IRC	12,38 %	8.597	(4,7 %)	(2.118)
	<u>85,40 %</u>	<u>59.286</u>	<u>90,47 %</u>	<u>40.414</u>

No exercício de 2009, a rubrica “Outros” inclui o montante negativo de 1.563 Euros relativos ao impacto da redução da taxa de IRC de 25 % para 12,5 % nos primeiros 12.500 Euros de matéria colectável.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade relativamente aos exercícios de 2006 a 2009 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

Na opinião do Conselho de Administração da Sociedade, não é previsível que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos tenham um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009.

7 — Outros activos

	2009	2008
IVA a recuperar:		
Pedido de reembolso relativo aos exercícios de 2000 e 2001	—	90.672
Outros exercícios	8.597	64.625
Devedores diversos	<u>134.256</u>	<u>100.639</u>
	<u>175.144</u>	<u>255.936</u>
Outros rendimentos a receber:		
Comissões de consultoria	<u>72.719</u>	<u>30.447</u>
Despesas com encargo diferido:		
Cauções prestadas no âmbito de contratos de locação operacional	30.731	30.731

	2009	2008
Seguros	11.070	11.013
Rendas	5.492	7.113
Outras	<u>3.042</u>	<u>3.404</u>
	<u>50.335</u>	<u>52.261</u>
Outras contas de regularização:		
Outras operações a regularizar	—	6.385
	<u>298.198</u>	<u>345.029</u>

Através de ofício da Direcção de Serviços de IVA de 1 de Setembro de 2008, foi deferido o pedido da Grow para efectuar regularizações de IVA liquidado entre Setembro de 2000 e Outubro de 2001 no montante de 122.033 Euros nas prestações de serviços de consultoria financeira efectuadas a entidades estabelecidas fora da União Europeia. Consequentemente, a Sociedade procedeu ao pedido de reembolso de IVA no montante de 90.672 Euros, correspondente à quota-parte do imposto relativamente à qual se encontravam cumpridos os requisitos impostos pela Administração Fiscal para a sua reclamação, tendo o montante reclamado sido registado na rubrica “Outros activos — IVA a recuperar” por contrapartida da rubrica “Outros ganhos operacionais”, da demonstração de resultados (Nota 13).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 a rubrica “Devedores diversos” refere-se a comissões de gestão e consultoria a receber de clientes.

8 — Imparidade e provisões

Durante os exercícios de 2009 e 2008, o movimento ocorrido na imparidade e provisões foi o seguinte:

Contas	2009			
	Saldos em 31/12/2008	Dotações	Reposições	Saldos em 31/12/2009
Para riscos e encargos (Nota 2.10.)	1.006	1.519	(1.182)	1.343

Contas	2008			
	Saldos em 31/12/2007	Dotações	Reposições	Saldos em 31/12/2008
Para depreciação de títulos	218	1.157	(1.375)	—
Para riscos e encargos (Nota 2.10.)	<u>1.076</u>	<u>583</u>	<u>(653)</u>	<u>1.006</u>
	1.294	1.740	(2.028)	1.006

9 — Outros passivos

	2009	2008	2009	2008
Fornecedores	<u>17.608</u>	<u>24.460</u>	<u>84.663</u>	<u>93.825</u>
Encargos a pagar:				
Pessoal — Encargos com férias e subsídio de férias (Nota 2.7)	70.158	77.991	26.348	10.772
Gastos gerais administrativos	<u>14.505</u>	<u>15.834</u>	<u>8.244</u>	<u>6.988</u>
			<u>34.592</u>	<u>17.760</u>
			<u>136.863</u>	<u>136.045</u>

10 — Capital

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 o capital da Sociedade está representado por 275.000 acções com valor nominal de 1 Euro cada, encontrando-se integralmente subscrito e realizado. Nestas datas, a estrutura accionista da Sociedade era a seguinte:

	Número de acções	Percentagem de participação
João Paulo Lopes Raimundo	92.125	33,5 %
João Miguel Almeida Henriques	89.625	32,6 %
Joaquim Maria Aliu Presas	41.250	15,0 %
Outros, inferiores a 10 %	52.000	18,9 %
	<u>275.000</u>	<u>100,0 %</u>

11 — Outras rubricas do capital próprio

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as outras rubricas de capital próprio têm a seguinte composição:

	2009	2008
Reservas:		
Legal	44.847	44.419
Livres	<u>227.534</u>	<u>223.705</u>
	272.381	268.124
Resultado do exercício	<u>10.132</u>	<u>4.257</u>
	<u>282.513</u>	<u>272.381</u>

Reserva legal:

De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, a Sociedade deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital social, transferindo anualmente para esta reserva um montante não inferior a 10% dos lucros líquidos. Esta reserva só poderá ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

12 — Rendimentos de serviços e comissões

Nos exercícios de 2009 e 2008, a Sociedade desenvolveu a actividade de gestão de patrimónios e consultoria em matéria de investimentos em Portugal. Os proventos associados à prestação desses serviços têm a seguinte composição:

	2009	2008
Comissões por serviços de consultoria:		
Componente fixa	957.987	1.003.099
Componente variável	—	53.493
	957.987	1.056.592
Comissões de gestão	<u>232.194</u>	<u>248.926</u>
	<u>1.190.181</u>	<u>1.305.518</u>

13 — Outros resultados de exploração

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Outros ganhos operacionais	<u>626</u>	<u>91.900</u>
Outras perdas operacionais:		
Rendas de locação operacional	(21.140)	(25.563)
Quotizações e donativos	(4.803)	(7.957)
Outras perdas operacionais	<u>(3.886)</u>	<u>(1.777)</u>
	<u>(29.829)</u>	<u>(35.297)</u>
	<u>(29.203)</u>	<u>56.603</u>

No exercício de 2008, a rubrica “Outros ganhos operacionais” inclui 90.672 Euros referentes a IVA a recuperar relativo aos exercícios de 2000 e 2001 (Nota 7).

Nos exercícios de 2009 e 2008, a rubrica “Rendas de locação operacional” corresponde a rendas de contratos de aluguer de longa duração de viaturas.

14 — Custos com pessoal e número médio de empregados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Salários e vencimentos:		
Órgãos de administração e fiscalização	177.510	295.780
Empregados	160.667	184.171
Bónus	<u>38.250</u>	—
	<u>376.427</u>	<u>479.951</u>
Encargos sociais:		
Segurança Social	72.614	82.375
Outros	<u>23.908</u>	<u>37.897</u>
	<u>96.522</u>	<u>120.272</u>
	<u>472.949</u>	<u>600.223</u>

No exercício de 2009, a rubrica “Bónus” refere-se a prémios de desempenho atribuídos a colaboradores da Sociedade em Dezembro.

Durante os exercícios de 2009 e 2008, a Sociedade teve em média 10 e 11 trabalhadores ao seu serviço, respectivamente, com a seguinte composição:

	2009	2008
Administração	5	5
Direcção	2	2
Técnicos	2	2
Administrativos	<u>1</u>	<u>2</u>
	<u>10</u>	<u>11</u>

15 — Gastos gerais administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Serviços especializados	194.525	280.192
Rendas e alugueres	118.145	141.768
Deslocações, estadas e despesas de representação	73.587	46.936
Outros serviços de terceiros	63.270	72.352
Comunicações	35.429	37.834
Água, energia e combustíveis	16.423	26.530
Conservação e reparação	15.843	9.485
Seguros	8.397	7.899
Publicidade	3.976	7.779
Material de consumo corrente	3.769	7.029
Publicações	3.432	3.295
Material de higiene e limpeza	1.602	1.861
Ofertas a clientes	271	1.525
Formação de pessoal	<u>100</u>	<u>500</u>
	<u>538.769</u>	<u>644.985</u>

Nos exercícios de 2009 e 2008, a rubrica “Serviços especializados” refere-se a custos com informática, contabilidade, auditoria e advocacia.

16 — Passivos contingentes e compromissos

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2009	2008
Valores administrados pela Sociedade (Nota 2.8)	38.343.158	30.090.728
Activos dados em garantia (Nota 4)	<u>18.828</u>	<u>17.118</u>
	<u>38.361.986</u>	<u>30.107.846</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os valores administrados pela Sociedade apresentam o seguinte detalhe:

	2009	2008
Fundos de investimento:		
Unidades de fundos de hedge funds	7.378.781	14.279.803
Unidades de fundos de obrigações	6.176.575	—
Unidades de fundos de investimento de tesouraria	2.031.957	—
Unidades de fundos de investimento mistos	<u>537.644</u>	—
	<u>16.124.957</u>	<u>14.279.803</u>
Acções	9.936.988	5.100.864
Certificados de acções	5.440.136	—
Depósitos bancários	<u>3.956.678</u>	<u>10.678.850</u>

	2009	2008
Obrigações	2.799.118	—
Certificados de moeda	84.933	—
Outros	348	31.211
	<u>38.343.158</u>	<u>30.090.728</u>

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Outros” inclui um montante de 84.906 Euros e 103.557 Euros, respectivamente, relativo a subscrição em curso de unidades de participação.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as carteiras de clientes sob gestão apresentam a seguinte composição:

Valor das carteiras sob gestão	2009		2008	
	Número de clientes	Valor sob gestão	Número de clientes	Valor sob gestão
Superior a 5.000.000 Euros	2	20.409.027	1	8.427.732
Entre 1.000.000 e 5.000.000 Euros	5	10.410.270	6	12.777.187
Entre 100.000 e 1.000.000 Euros	21	7.301.563	19	8.694.198
Inferior a 100.000 Euros	4	222.298	3	191.611
	32	38.343.158	29	30.090.728

17 — Entidades relacionadas

São consideradas entidades relacionadas da Grow os órgãos de administração da Sociedade, Accionistas ou entidades a eles relacionadas.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os custos suportados relativos à remuneração do Conselho de Administração da Sociedade, incluindo bónus, ascendem a 201.220 Euros e 295.780 Euros, respectivamente.

Adicionalmente, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Outros gastos administrativos — Serviços especializados” inclui 64.804 Euros e 186.540 Euros, respectivamente, relativos a serviços prestados por um Accionista da Grow.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Rendimentos de serviços e comissões — Comissões por serviços de consultoria” inclui os seguintes montantes relativos a serviços prestados a entidades relacionadas:

	2009		
	FRM	JP Capital Management	Total
Rendimentos de serviços e comissões — Comissões por serviços de consultoria	605.527	300.000	905.527

	2008			
	FRM	JP Capital Management	Gerium	Total
Rendimentos de serviços e comissões — Comissões por serviços de consultoria	691.592	290.000	50.000	1.031.592

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Aos Accionistas da Grow Investimentos — Gestão de Patrimónios, S. A.

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Grow Investimentos — Gestão de Patrimónios, S. A. (Sociedade) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e extensão que considerámos adequadas, a evolução da actividade da Sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos serviços da Sociedade as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2009, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração dos fluxos de caixa e a Demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2009 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, sem reservas.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele contida, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 30 de Março de 2010. — Deloitte & Associados, SROC, S. A., Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira.

Certificação Legal das Contas

Introdução

1 — Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Grow Investimentos — Gestão de Patrimónios, S. A. (Sociedade), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009, que evidencia um total de 746.408 Euros e capitais próprios de 557.513 Euros, incluindo um resultado líquido de 10.132 Euros, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração dos fluxos de caixa e a Demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 — É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3 — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação.

Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4 — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Grow Investimentos — Gestão de Patrimónios, S. A. em 31 de Dezembro de 2009, bem como o rendimento integral das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Lisboa, 30 de Março de 2010. — Deloitte & Associados, SROC, S. A., Representada por *João Carlos Henriques Gomes Ferreira*.

303242035

SGFI — SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, S. A.

Relatório n.º 10/2010

Rua Dr. António Loureiro Borges n.º 9, 1.º, Arquiparque, Miraflores 1495-131 Algés.

Capital social € 400.000.

Pessoa colectiva n.º 506 245 802

Relatório do conselho de administração

A Sociedade

A SGFI — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A., doravante designada por SGFI, é uma sociedade independente, constituída ao abrigo do Decreto-Lei n.º 298/92 — Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. A SGFI iniciou a sua actividade em 29 de Julho de 2004. A actividade desenvolvida está sujeita à supervisão do Banco de Portugal e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. Nos termos da legislação em vigor, a SGFI tem como objecto principal a administração, em representação

dos participantes, de fundos de investimento imobiliário, podendo ainda prestar serviços de consultoria para investimento imobiliário e proceder à gestão individual de patrimónios imobiliários.

A SGFI geria no final do exercício de 2009 um total de 7 fundos de investimento imobiliário, todos fechados e colocados por subscrição particular, representando um valor líquido global de 53,1 milhões de euros e um volume de património sob gestão no montante de 71 milhões de euros.

A Indústria de Fundos de Investimento Imobiliário

Segundo dados da Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios, eram 250 os fundos de investimento imobiliário em actividade em 31 de Dezembro de 2009, representando um valor líquido sob gestão de 11.234,9 milhões de euros contra 10.714,4 milhões de euros verificados em Dezembro de 2008, o que representa um crescimento de 4,8% desde o início do ano. O património imobiliário detido pelos fundos, que engloba o valor do financiamento por parte dos mesmos, totalizava 13.401,3 milhões de euros no final de 2009, representando um acréscimo de 4,9% desde o início do ano.

Não obstante o património líquido detido por fundos fechados ter sofrido este ano uma variação negativa de -2,7%, mantêm-se como a categoria com maior volume sob gestão entre os fundos imobiliários, com 5.013,6 milhões de euros de activos sob gestão. O maior aumento em valor absoluto nos volumes geridos pela indústria de fundos de investimento imobiliário, com 463,4 milhões de euros e representando um crescimento de 11,5%, verificou-se nos volumes geridos em fundos abertos, passando esta categoria a representar 4.487,7 milhões de activos sob gestão, com uma quota no total de aproximadamente 40%. O maior crescimento relativo em 2009, à semelhança do que já se tinha verificado em 2008, verificou-se nos fundos especiais de investimento imobiliário, com 12,7% de variação em volume (195,3 milhões de euros), passando a representar 1.733,7 milhões de euros de activos e uma quota de 15,4%.

Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos da legislação aplicável o Conselho de Administração vem propor à Assembleia Geral a seguinte aplicação do resultado do exercício de 2009, no valor de € 7.112,05:

Para Reserva Legal — € 712,05

Para Resultados Transitados — € 6.400,00

Lisboa, 3 de Fevereiro de 2010. — O Conselho de Administração: *Joaquim Maria Aliu Presas*, presidente — *Carmen Rodrigues dos Santos*, vogal — *João Pedro Almeida Henriques*, vogal.

Demonstrações Financeiras a 31 de Dezembro de 2009

Balancos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2009		2008	
		Activo bruto	Imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais.....		250	—	250	250
Disponibilidades em outras instituições de crédito.....	4	4.405	—	4.405	47.417
Aplicações em instituições de crédito.....	4	387.500	—	387.500	500.000
Outros activos tangíveis.....	5	132.306	(78.514)	53.792	80.237
Activos intangíveis.....	5	116.980	(116.980)	—	—
Activos por impostos correntes.....	7	4.346	—	4.346	5.652
Outros activos.....	6	30.959	—	30.959	30.389
<i>Total do activo</i>		676.746	(195.494)	481.252	663.945

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2009	2008
Passivo e capital			
Passivos por impostos correntes.....	7	3.969	7.752
Provisões.....	8	256	253